

ÈTÓ FÚN ÀWÓN TÓ YÀTÒ: ANÁLISE DO I PLANO NACIONAL DE INCLUSÃO DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA A PARTIR DOS PROCESSOS DE RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO SUJEITO CONSTITUCIONAL

Andréa Letícia Carvalho Guimarães¹

DOI 10.26512/revistacalundu.v5i1.38720

Resumo

Esta dissertação tem como tema central a análise do I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, instituído pela Portaria nº 15 de 2013, através da SEPPIR, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, enquanto uma política pública especificamente destinada a promover, como direito à igualdade, a salvaguarda e a promoção das diferenças que caracterizam esses povos, enfocando precipuamente na complexa, inovadora e profunda abordagem conceitual decorrente do I Plano. A partir da sua leitura e dos textos produzidos para sua elaboração, disponibilizados pela SEPPIR, já se revela potencialmente que essa abordagem pode e deve ser compreendida como uma contribuição decisiva para a reconstrução da riqueza e da diversidade inerentes à complexa identidade do sujeito constitucional brasileiro. Para tanto, serão utilizados os instrumentos de reconstrução do discurso constitucional desenvolvidos por Michel Rosenfeld (2012): negação, metáfora e metonímia. Essas ferramentas possibilitam um novo caminho interpretativo para a compreensão constitucional das práticas ancestrais realizadas por estes povos. O I Plano, sem dúvida, não trata do aspecto propriamente religioso, mas, sobretudo, preocupa-se com a proteção e manutenção dos territórios tradicionais e, conseqüentemente, com as práticas de matriz africana, principalmente, no que se refere àqueles territórios que estão alijados materialmente e necessitam de apoio para subsistirem. Além do que, objetiva o desenvolvimento de medidas para a construção positiva da identidade dos povos de matriz africana, como forma de intervenção contra o racismo. Assim, o princípio da igualdade como direito à diferença deve ser a base interpretativa dos direitos a serem garantidos a esses povos, a fim de salvaguardar os seus específicos modos de ser e pertencer ao mundo. Dessa forma, para realizar este trabalho, o caminho epistemológico e teórico-metodológico da pesquisa será de cunho bibliográfico. A discussão teórica ancora-se em estudos sobre a cosmovisão afro-brasileira e o processo histórico de construção da identidade nacional. Destaca-se, por fim, o potencial do I Plano como momento que deverá possibilitar, como resultado indireto, conquanto também relevante, uma maior

¹ Mestre em Direito. Calundu – Grupo de Estudos sobre Religiões Afro-Brasileiras, Universidade de Brasília. e-mail: andreacarvalhoguimaraes@gmail.com.

visibilidade para os reais problemas enfrentados por estes povos – advindos, principalmente, do racismo –, o que possibilita um diálogo com outras esferas do poder e da sociedade, dinamizando a própria ação do Estado para a valorização da ancestralidade africana, importante elemento constitutivo da pluralidade rica, complexa e tendencialmente aberta que forja a identidade constitucional do povo brasileiro, na luta contra o racismo e pelo reconhecimento da diversidade ínsita à Nação.

Palavras-chave: I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. Política de inclusão. Princípio da igualdade. Direito à diferença. Racismo. Reconstrução da identidade do sujeito constitucional.

GUIMARÃES, Andréa Letícia Carvalho. “*ÈTÓ FÚN ÀWÒN TÓ YÀTÒ*”: análise do I Plano Nacional de Inclusão dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana a partir dos processos de reconstrução da identidade do sujeito constitucional. 194 f. Dissertação (Mestrado em Direito) orientada por Menelick de Carvalho Netto – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17500>. Acesso em: 11 jun. 2021.

Recebido em: 12/06/2021

Aprovado em: 12/06/2021